

CRISE NEO-LIBERAL E ALTERNATIVA SOCIALISTA

*José Valenzuela Feijóo*¹

(tradução: Antônio Gomes da Silva²)

“Quem quer / que o mundo /
siga sendo / como é /
não quer / que siga sendo”.

Eric Fried

I. INTRODUÇÃO

Nas últimas duas décadas, o modelo neo-liberal se estendeu a vários países latino-americanos. Em termos de acumulação e crescimento, seu desempenho tem resultado mais que medíocre. Em termos de distribuição de vencimentos, o balanço é talvez pior. Por isto mesmo, não se deve estranhar que comece a surgir o descrédito do modelo.

Por certo, para os muito minoritários grupos sociais impulsores do padrão neo-liberal, os benefícios têm sido imensos e, por isto mesmo, não cabe esperar que renunciem a sua defesa. Como, no entanto, o esquema é incapaz de dinamizar a acumulação e o crescimento, esse interesse particular não poderá transformar-se em interesse geral. Quer dizer, ao não ser capaz de encarnar a necessidade histórica do capital no atual momento do decurso latino-americano, suas

¹ Professor da UNAM – Universidad Autónoma Metropolitana – Unidad Iztapalapa.

² Mestre em Filosofia. Prof. do Depto. de Sociologia e Antropologia/UFPB – Campus II.

possibilidades de consolidação efetiva e de longo prazo são praticamente nulas.

Neste contexto, torna-se mais premente a pergunta por estratégias alternativas à estratégia neo-liberal.

As possíveis rotas alternativas se podem diferenciar de acordo com o seu conteúdo sócio-político. Neste sentido, poderíamos distinguir: a) estratégias de direita ou antidemocráticas; b) rotas estratégicas mais progressistas e democráticas. Quer dizer, que ao menos tomam em conta os interesses das grandes maiorias populares.

Quanto às primeiras, o padrão subjacente é o denominado 'secundário-exportador'. Em sua versão neo-liberal, este padrão preserva os altos níveis de exploração e o regime político autoritário. Diferencia-se, no sentido de que opera com altas taxas de acumulação. Isto, exatamente, pelo fato de ser a grande burguesia industrial monopolista (e não o capital financeiro) a que hegemoniza a condução do projeto.

Quanto ao segundo tipo de estratégia, de corte mais esquerdista, se podem distinguir pelo menos duas grandes rotas possíveis: a) a 'capitalista democrática'; b) a de orientação 'socialista'.

A via do capitalismo democrático é encabeçada pela burguesia industrial não monopolista. Supõe-se que o capitalismo democrático presta atenção aos interesses populares (trabalhadores e classes médias, camponeses), que trata de funcionar com uma distribuição de renda não muito regressiva (concentradora), que busca negociar a dependência em favor da nação e que estimula um regime político demo-burguês mais ou menos avançado. Este padrão, visualizado do ponto de vista dos interesses do mundo do trabalho, possui limitações maiores. Por seu conteúdo capitalista, não pode eliminar as relações de exploração e a condição subordinada do trabalho na muito decisiva esfera da produção. De modo análogo, no plano político não pode – por definição – superar as limitantes que impõe à natureza mais essencial do Estado burguês e o tipo de atividade política que, nesse marco, podem exercer as massas trabalhadoras. Em breve, por mais demo-

crático que possa ser, o capitalismo apresenta obstáculos insolúveis à plena autonomia e liberdade dos trabalhadores³.

Uma estratégia de orientação socialista é a que, com maior propriedade, pode satisfazer os interesses do mundo do trabalho e as grandes maiorias nacionais. Neste sentido, trata-se da estratégia alternativa que, nas condições atuais, pode operar com um conteúdo democrático superior ao que qualquer outra alternativa poderia oferecer, a seguir, discutiremos tanto a possibilidade quanto os conteúdos básicos desta estratégia.

Em primeiro lugar, trataremos de deslindar alguns conceitos e procedimentos básicos. Trata-se aqui, de evitar a usual confusão que hoje se faz entre o regime socialista e os regimes burocrático-autoritários, até há pouco imperantes na Europa Oriental. Logo, dado que o projeto socialista abarca um larguíssimo período histórico que cobre diversas fases, identificaremos àquela que se refere o grosso do desenho estratégico a propor. Finalmente, nesta seção, esboçaremos um esquema geral que permita ordenar a análise da mudança estrutural. Como neste trabalho abordaremos somente alguns aspectos da mudança proposta, ele nos permitirá posicionar tanto o que se discute, como o que, por razões de espaço, ficará na penumbra. Em segundo lugar, discutiremos brevemente as premissas que possibilitam ensaiar uma opção socialista. Em terceiro lugar, analisaremos as tarefas políticas centrais que devem satisfazer o projeto socialista. Estas têm que ver tanto com a organização estatal, como com o desenvolvimento de organismos civis intermediários. Em quarto lugar, discutiremos as tarefas econômicas fundamentais a abordar no período. Finalmente, faremos uma breve menção das forças sociais em jogo, seu eventual alinhamento e os modos ou rotas pelas quais poderia transitar o projeto.

³ "Somos partidários da república democrática como a melhor forma do Estado para o proletariado no capitalismo; mas não temos o direito de olvidar que a escravidão assalariada é o destino do povo, inclusive na república burguesa mais democrática". Cf. LENIN, V. I., *El Estado y la revolución*. In: Ob. Esc., Tomo 2. Moscou, Edit. Progreso, 1978. p. 305.

II. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

1. MAL-ENTENDIDOS SOBRE O SOCIALISMO

Na atualidade, circulam toda classe de equívoco sobre o socialismo. Em quase todos eles, sucede identificar-se o socialismo com os regimes burocrático-autoritários vigentes na URSS e Europa Oriental, desde o imediato pós-guerra até aproximadamente meados dos anos oitenta. Estes regimes se derrubaram quase em uníssono e, em nível de opinião pública mundial, sua imagem é péssima. Por isso mesmo, a identificação destes regimes com o socialismo convém perfeitamente aos inimigos do socialismo. Para os amigos, tem sabor de rícino.

Para o caso, a pergunta ou teste chave deve apontar para a natureza do poder político nesses regimes. Eram os trabalhadores os que exerciam o controle do Estado e operavam, por conseguinte, como força social dominante? Um muito elementar repasse da realidade vigente nos países pertinentes – pense, por exemplo, na URSS dos tempos de Breshnev ou na China atual – basta para prevenir-se de que a classe trabalhadora está ou estava ali completamente privada do poder estatal. Quer dizer, funciona(va) como uma classe social dominada e explorada.

Não é menos certo que, nas origens destes regimes burocrático-autoritários, nos encontramos com projetos de orientação socialista, mais precisamente, temos projetos originalmente socialistas que, em pouco tempo, experimentam sérias dificuldades de implementação e começam a entrar em uma fase de degeneração burocrática. Na URSS, este período poderia estender-se desde 1917 até, aproximadamente, meados ou fins dos anos trinta. Logo, a fase degenerativa deste período daria lugar a uma mutação qualitativa maior, com transformações na natureza da instituição estatal, da classe social dominante e mesmo do sistema econômico. Em breve, emerge o regime que, à falta de outra denominação, chamamos burocrático-autoritário. Na URSS, este regime aparece já clara e perfeitamente consolidado no imediato pós-guerra⁴. A derrubada dos oitenta, portanto, não tem sido

⁴ Uma análise mais cuidadosa poderia fixar o ponto de ruptura ainda anteriormente. Por exemplo, em torno dos tristemente famosos “julgamentos de Moscou”, de 1937. Em todo

a derrubada do socialismo, senão dos regimes burocrático-autoritários. O socialismo, ainda que de existência muito embrionária, feneceu pelos anos trinta.

Para falar de socialismo, deveríamos encontrar duas condições absolutamente indispensáveis: (i) um Estado de novo tipo, controlado por trabalhadores; (ii) um setor ou núcleo econômico socialista. Este deve entender-se como o conjunto de empresas nas quais os trabalhadores exercem o poder patrimonial e se apropriam do excedente. Quer dizer, o conjunto de empresas submetidas à propriedade do trabalho.

Para não poucos autores, o fracasso do socialismo e sua transformação em um regime burocrático-autoritário é um fenômeno inevitável e que demonstra, no melhor dos casos, que se trata de uma utopia incapaz de chegar a materializar-se na história⁵. Em suas origens, sobre o capitalismo se emitiam juízos bastante similares. Para os ideólogos do feudalismo – os clérigos em particular – o capitalismo era um atentado à natureza humana mesmo e, por isto, estava condenado ao fracasso. E que este, em países como Itália e Alemanha tivera sonoros fracassos, não fazia – em aparência – senão confirmar esses muito interessados prognósticos. Na realidade, se observarmos o problema com a suficiente perspectiva histórica, os fracassos não nos deveriam estranhar. Muito pelo contrário, os deveríamos considerar normais e previsíveis, próprios de uma fase de gênese.

2. FASES NO DESENVOLVIMENTO DO PROJETO SOCIALISTA

Se logra desenvolver-se à plenitude, o socialismo deveria abarcar um larguíssimo e complexo período histórico. Sua meta última e final é desaparecer como tal, algo que deveria ter lugar quando a sociedade estivesse em condições de funcionar com os mais altos níveis

caso, neste ensaio não nos interessa tanto o exame concreto da história da URSS, senão a diferenciação entre o que podemos denominar “socialismo embrionário” e os regimes “burocrático-autoritários”.

⁵ A pretensão é muito clara: dar um certificado de disfunção *per secula-seculorum* ao projeto socialista.

de produtividade, um completo grau de socialização das forças produtivas – o que possibilita e exige a sua gestão unificada –, uma norma distributiva, em que cada qual trabalha segundo suas capacidades e se apropria segundo suas necessidades e em que o Estado e seus aparatos, por serem já desnecessários, tenham deixado de existir.

Antes dessa fase, que sem dúvida não se encontra em qualquer esquina, poderíamos diferenciar um período de ‘socialismo pleno’. Nele, o Estado deve responder às condições já mencionadas e o setor econômico socialista deveria abarcar o conjunto da economia.

Finalmente, poderíamos distinguir um período ou etapa de ‘socialismo embrionário’. A natureza do Estado responde às condições já indicadas e o setor econômico socialista é relativamente pequeno. Mais precisamente, coexiste com setores cuja natureza social é diferente: capitalista, de pequena produção mercantil, etc. Em breve, estaremos em presença de uma estrutura econômica heterogênea.

Em seu sentido mais amplo, o projeto socialista deve abarcar o vasto arco histórico que acabamos de insinuar.

Ademais, as fases inferiores encontram toda sua significação somente à luz das metas últimas. Em um sentido mais estrito, podemos limitar o projeto ao que temos qualificado como ‘socialismo embrionário’. Nos limites deste trabalho, quando falamos de uma estratégia alternativa com orientação socialista, estamos nos referindo a essa fase inicial ou ‘embrionária’.

3. UM ESQUEMA DE ANÁLISE

A caracterização de uma mudança estrutural como a que nos preocupa, se pode ordenar referindo-se a três aspectos ou dimensões básicas: a) As atividades de transformação – quer dizer: que instituições (relações) sociais se pretende suprimir?, que instituições (relações) sociais se busca implementar e desenvolver?; b) As forças sociais em jogo, tanto as integrantes do bloco pela mudança como as que se alienam no bloco conservador; c) As vias ou rotas que se supõem seguirão o processo de transformação.

3.1. As atividades

Trata-se, aqui, de identificar a mudança social proposta e o lugar ou espaço (no sentido da formação econômico-social) onde essa mudança se situa. Para o caso, poderia-se manejar um esquema ordenador como o que se expõe a seguir.

QUADRO: AS ATIVIDADES DE MUDANÇA SOCIAL – QUAIS E ONDE

<i>Espaço da F.E.S.¹⁾</i>	<i>Eliminar</i>	<i>Implantar</i>
1. Sistema de Forças Produtivas		
1.1. Patrimônio (Acervos)
1.2. Produtividade
1.3. Estilos de Crescimento
2. Instituições Econômicas		
2.1. Produção
2.2. Distribuição
2.3. Trocas (Circulação)
2.4. Consumo
3. Instituições Políticas		
3.1. Estado
3.2. Outras
4. Instituições Culturais		
4.1. Educação
4.2. Outras
5. Formas da Consciência Social		
5.1. Valores
5.2. Idéia do Mundo
Outros

¹⁾ F.E.S. – Formação Econômico-Social.

Por certo, os espaços se podem e devem trabalhar com uma maior desagregação. E preencher os quadrinhos que deixamos vazios, o das relações sociais a suprimir e o das relações sociais a construir e desenvolver. Por exemplo, tratando-se de um projeto socialista, no espaço da economia, subesfera da produção, haveria, ademais, que explicitar a regra das relações de propriedade. Na lacuna que se põe abaixo de “eliminar” escrever relações capitalistas monopolistas e abaixo de “implantar”, relações socialistas. O objetivo é ter um panorama de conjunto e analisar a coerência e articulação das mudanças propostas, seja em termos de ‘suprimir’ como em termos de ‘construir’.

3.2. *As forças sociais em jogo*

O panorama das mudanças que a estratégia postula permite identificar as forças sociais prejudicadas e as forças sociais que se beneficiam com o modelo. Estas, devem contabilizar-se em termos de classes e/ou de frações de classes.

Posto o anterior, pode-se proceder o esboço do que cabe denominar 'alinhamento potencial objetivo'. Primeiro, identificam-se todas as classes ou frações de classes, que ao se verem beneficiadas pelo modelo, podem, supostamente, tomar parte do 'bloco progressista'. Quer dizer, podem funcionar como forças impulsoras do novo esquema. No interior destas, por sua vez, deve-se identificar a que funciona como força dirigente e as que funcionam como forças aliadas ou bases sociais de apoio. Em segundo lugar, é preciso efetuar uma descrição análoga para o caso das classes e frações de classe que, de acordo com seus interesses objetivos, devem formar o 'bloco conservador'. Quer dizer, trata-se de identificar as forças conservadoras.

O anterior não necessariamente coincide com o 'alinhamento social efetivo'. Os fatores 'subjetivos' de talhe ideológico e político podem provocar alguma dissociação ou discrepância entre o 'alinhamento potencial objetivo' e o efetivo. Em termos gerais, a discrepância pode funcionar em favor do bloco conservador. Por isto mesmo, para uma estratégia de orientação socialista, resulta vital reduzir em todo o possível essa discrepância. Quer dizer, maximizar a *força social e política* do bloco pela mudança.

Em algumas ocasiões, o alinhamento é muito tênue e quase não existe. Neste sentido, fala-se da possibilidade de uma neutralização de determinados estratos ou frações. Quer dizer, se por um lado não se atrai essas forças para o bloco próprio, pelo menos evita-se que se integrem ativamente ao bloco inimigo. Para uma estratégia de talhe socialista, também pode resultar de grande importância aproveitar essa possibilidade.

3.3. *As vias ou modalidades de transformação*

As modalidades que assumem o processo, obviamente, não são independentes do conteúdo da estratégia em jogo e do alinhamento

de forças que precipita. Para nossos propósitos, nos pode bastar aludir a três aspectos ou dimensões.

Primeiro, o que se refere à direção do processo: desde cima (isto é, desde as cúpulas do poder) até embaixo ou desde embaixo até em cima. Esta segunda direção possível implica em uma grande mobilização popular e, certamente, é a que exige a implementação de uma estratégia socialista.

Segundo, a intensidade, extensão e duração da atividade política prévia. Em poucas palavras, tratam-se dos ímpetos que tipificam a fase de 'acumulação de forças'. Estes ímpetos interessam enquanto influenciam decisivamente nas capacidades com que o mundo do trabalho assume o desafio socialista. Se a extensão é escassa (ou seja, se a luta prévia compromete uma pequena parte da população) e a duração muito breve, essas capacidades muito provavelmente deixarão muito a desejar.

Terceiro, o papel da violência armada e as modalidades que esta pode assumir. Como regra, nas condições atuais, a possibilidade de uma transição pacífica é mais que remota. E, se aceitamos esta suposição, surge a pergunta sobre a modalidade: via insurrecional urbana, guerra aberta e prolongada de corte rural, etc.

III. AS PREMISSAS OU PRÉ-REQUISITOS MÍNIMOS

O socialismo não é algo que possa implementar-se e funcionar a partir da pura vontade de certos grupos ou agentes sociais. Para que possa chegar a modelar-se, necessitam-se de alguns requisitos ou condições mínimas que são produto do desenvolvimento histórico prévio. Para o caso, pode-se falar de premissas do socialismo e se elas não estão presentes, o projeto socialista, muito provavelmente, não poderá sequer ser ensaiado ou, por outro lado, no caso eventual de chegar a irromper, suas possibilidades de consolidação serão muito escassas. Insistamos: não se trata de uma impossibilidade absoluta, mas de condições que, uma vez ausentes, tornam muito difícil o êxito ulterior do modelo.

Tratando de ser muito sintético, mencionaremos quatro premissas fundamentais.

1. NÍVEL MÍNIMO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Para o caso, poderíamos falar de um nível mínimo de produtividade do trabalho ou do produto por habitante. Mas, pode ser mais ilustrativo o uso de outros indicadores. Em um sentido qualitativo, diríamos que é necessário que o capitalismo tenha se apoderado, basicamente, da agricultura. E, em função disto, exigir que a população ocupada na agricultura não vá além de 12 a 15% da população economicamente ativa total. Além disso, que o percentual de população rural não supere uns 15 a 20% da população total.

Qual o raciocínio subjacente a este tipo de exigência?

Primeiro, trata-se de que a questão agrária tenha sido resolvida pelo desenvolvimento capitalista e não tenha que dela se encarregar o projeto socialista. Quer dizer, que não corresponda à revolução socialista executar as tarefas que a revolução burguesa tenha deixado pendentes. Sob estas condições, a aliança com os setores camponeses perde sua centralidade e, por si mesmo, desaparece ou se enfraquece o ulterior problema de pedir às economias camponesas níveis de produtividade que não estão em condições de se obter⁶. Segundo, a partir de uma base agrária capitalista, os níveis e ritmos de crescimento da produtividade podem ser suficientemente altos para permitir um forte crescimento dos salários reais urbanos.

Terceiro, uma agricultura moderna está associada a uma população agrária permeável à agenda da racionalidade moderna e capaz de assimilar tecnologias e modos de organização avançados. Quarto, o alto peso da população urbana pode assegurar o domínio de agendas culturais racional-abstratas e críticas. Estas, sendo indispensáveis ao funcionamento do capitalismo moderno (pelo menos em alguns dos seus aspectos, não em sua globalidade), o são ainda mais para o caso do socialismo.

⁶ No caso da URSS, esta exigência desembocou em uma estatização ou cooperativização forçada das economias camponesas. Com ela, a situação agrária terminou por piorar, além do que, rompeu-se a aliança operário-camponesa e se acentuaram os arroubos ditatoriais e burocráticos do Estado soviético.

2. SÓLIDAS TRADIÇÕES DEMOCRÁTICAS E PARTICIPATIVAS

Trata-se, aqui, de que os trabalhadores – coluna central do bloco progressista – tenham se preocupado profundamente com a coisa pública e, muito especialmente, sua capacidade para assumir a organização e direção dos assuntos comuns e públicos. Estas capacidades não surgem de um dia para o outro. Por isto, sua presença supõe que houve lugar para um longo período prévio de desenvolvimento e aprofundamento das instituições e formas democráticas. Para o caso, a presença de uma democracia burguesa plena resulta de vital importância. Já Marx o dizia:

“O regime parlamentar vive da discussão: como, pois, vai proibir que se discuta? Todo interesse, toda instituição social se convertem aqui em idéias gerais, se ventilam sob a forma de idéias; como, pois, algum interesse, alguma instituição vão situar-se acima do pensamento e impor-se como artigo de fé? A luta dos oradores na tribuna provoca a luta dos escritores da imprensa, o clube de debates do parlamento se complementa necessariamente com os clubes de debates dos salões e das tabernas, os representantes que apelam continuamente para a opinião do povo autorizam a opinião do povo a expressar em petições sua verdadeira opinião. O regime parlamentar o deixa todo para a decisão das maiorias; como, pois, não vão querer decidir as grandes maiorias fora do parlamento?”⁷.

A necessidade de um longo período prévio de prática e aprendizagem deve ser muito sublinhada. Trata-se de que essas capacidades estão internalizadas no grosso da classe e que, por si mesma, se podem desprender em termos quase naturais ou espontâneos. Quer dizer, sem uma tensão extrema. Na ausência destas tradições, nos momentos de crise revolucionária, o mundo do trabalho muitas vezes é capaz de desprender, de maneira quase milagrosa, essas capacidades. Porém, ao preço de uma tensão extrema. Por isto mesmo, esse desenvolvimento dura pouco, os trabalhadores “se esgotam” e se retiram da coisa pública, delegando a outros a administração do poder.

⁷ C. MARX, *El dieciocho de Brumario de Luis Bonaparte*, en MARX-ENGELS, Ob. Escog., Tomo I, p. 446. Moscou, Ed. Progreso, 1973.

Sem se agregarem ao contexto de uma sociedade capitalista, essas capacidades nunca poderão desenvolver-se e desprender-se à plenitude. Como bem se tem dito, é exercendo o poder que se aprende a exercê-lo. Este desenvolver as capacidades de direção do mundo do trabalho é justamente uma das tarefas centralíssimas do socialismo. Mas, assim como ninguém chega à álgebra sem ter passado antes pela aritmética, há aqui um mínimo prévio indispensável. Se este não existe e também deve ser adquirido durante o período socialista, antes de tê-lo adquirido, a classe trabalhadora haverá perdido o poder.

3. CAPACIDADE POLÍTICA DE CLASSE

Esta capacidade deve ser medida a respeito de dois aspectos básicos.

Primeiro, capacidade para lograr uma plena e sólida unificação política da classe trabalhadora. Nas condições contemporâneas, isto não é nada óbvio, pois o mundo do trabalho assalariado encontra-se cindido em múltiplas camadas e segmentos. Existem diferenças de ingresso, de valores e de estilos de vida, que chegam a semear a dúvida sobre a existência mesma de uma classe em si. Não é possível entrar aqui em uma discussão desse ponto, mas, a “suposição de existência” é evidentemente uma condição *sine qua non* à idéia mesma do socialismo. Mas se a aceitamos, isto não mancha a heterogeneidade objetiva e subjetiva da classe e a, conseqüente, necessidade de encontrar e desenvolver um marco unificante.

Segundo, capacidade para implementar amplas e sólidas alianças classistas. Trata-se, aqui, de criar e fortalecer um vasto bloco popular, capaz de encabeçar e dirigir o processo de construção da nova ordem. Esta capacidade se mede comparando a magnitude da frente ou bloco popular efetivo, com o qual se desprenderia o que temos denominado “alinhamento potencial objetivo”.

Por certo, um e outro aspecto estão intimamente associados à organização política da classe, a sua natureza e características. Também aqui, deparamos com um de seus problemas complexos e altamente debatidos. Não podendo entrar na discussão, basta-nos dizer:

i) essa organização deve estar a serviço do trabalho e não o trabalho a serviço da organização. A organização pode e deve propor, mas é o trabalho – inclusive equivocando-se – que deve dispor. Não pode haver, aqui, imposições. O que, permita-se acrescentar, não deve ser interpretado como uma alegação em favor da pura espontaneidade adesista ou à acomodação irreflexiva e acrítica do órgão às posturas da classe. Em suma, a não imposição não é equivalente ao acordo irrestrito. O desacordo deve dissociar-se completamente da imposição; ii) essa organização, em alto grau, deve pré-figurar internamente o tipo de sociedade última a que se aspira.

4. AMBIENTE EXTERNO MINIMAMENTE FAVORÁVEL

O ambiente internacional poderia chegar a ser tão desfavorável a ponto de provocar um colapso rápido do projeto socialista. No outro extremo, poderia ser favorável o suficiente para suavizar boa parte dos obstáculos ao desenvolvimento do projeto. Para nossos propósitos pode nos bastar um mínimo do mínimo. Quer dizer, um contexto internacional que não chegue a colapsar ou a deformar o curso do projeto.

O contexto internacional deveria permitir: i) o acesso a um mercado externo suficientemente amplo, para tornar desnecessário que o país entre em um processo não buscado de 'autarquização' da economia, com toda a ineficiência que isto acarreta; ii) o acesso aos últimos avanços e inovações da ciência e da tecnologia; iii) evitar que surjam bloqueios econômicos e militares. Muito especialmente, trata-se de evitar a necessidade de manter um excessivo gasto improdutivo, como os gastos de defesa militar. Em muitos casos, como bem se sabe, os recursos que se comprometem para evitar eventuais agressões militares, terminam por prejudicar, irremediavelmente, o curso socialista do processo.

O contexto internacional favorável não necessariamente implica na presença de um campo socialista forte. Ainda que, claro está, se este existisse, as coisas seriam menos complicadas. Em um contexto capitalista, sob certas condições, o requisito também poderia ser alcançado.

Na atualidade, este requisito de um contexto internacional minimamente favorável, a muitos poderá parecer incansável. Por isto mesmo, o avanço ao socialismo resultaria impossível. Mas não existe tal.

Hoje, a revolução em tal ou qual país pode não estar na ordem do dia. Mas amanhã, quando estiver, cabe esperar com muita segurança que a situação internacional seja diferente.

Para tanto: i) poderiam dar-se alguns processos paralelos, em dois ou mais países; ii) em outros países, pode-se esperar a existência de um movimento popular, não tão forte como para desencadear um processo de mudança maior, mas sim, com força suficiente para impedir ou atenuar a eventual política agressiva de seu próprio governo contra os novos regimes socialistas; iii) também cabe esperar a presença de um momento internacional mais conflitivo. Quer dizer, que surja a possibilidade de aproveitar os conflitos interimperialistas em favor dos novos regimes. Os três pontos recém assinalados – deve-se sublinhá-lo – não são uma expressão de bons desejos. São algo que se pode e deve esperar de um período revolucionário. Dito de outro modo: esse tipo de contexto internacional joga não somente como um importante fator permissivo. Funciona, também, como um fator impulsor. O ponto pode visualizar-se também desde um ângulo inverso: o processo de desenvolvimento de uma situação revolucionária nacional provocando, por sua vez, a alteração de uma correlação internacional de forças. E o faz em favor desses processos revolucionários.

Por certo, se a ruptura socialista tem lugar em um país capitalista altamente desenvolvido e de grande tamanho (que era a situação visualizada por Marx), a dependência do ambiente externo será bastante menor. Assim mesmo, muito forte será o impacto na correlação internacional de forças. Algo que, obviamente, facilitaria enormemente o destino de futuras irrupções socialistas em países de menor tamanho e não tão desenvolvidos.

5. UMA ADVERTÊNCIA NECESSÁRIA

A presença das condições anteriores não assegura que o curso da estratégia discutida seja exitoso. Mas sim, eleva consideravelmente as probabilidades desse êxito. De modo análogo, sua ausência ou presença débil não assegura o fracasso do projeto. Mas sim, eleva suas probabilidades.

Para o caso, não deveríamos olvidar o que a experiência histórica tem mostrado com singular eloqüência: em linhas gerais, a revolução de talhe socialista tem brotado em países bastante atrasados e, por isto, premissas como as antes mencionadas têm tido uma presença muito débil. Por certo, esse mesmo atraso explica a alta vulnerabilidade do capitalismo. Mas, por sua vez, tem tornado mais que difíceis as tarefas de construção de uma nova ordem⁸.

IV. AS TAREFAS POLÍTICAS

1. CONSIDERAÇÕES PRÉVIAS

O Estado, se houver concordância, é uma instituição social que satisfaz determinadas funções. Na atualidade, poderia-se falar de uma instituição polifuncional, mas aqui nos interessa somente que é a mais específica e essencial, a que lhe outorga sua razão de ser última e que, por isto mesmo, explica sua origem. Em poucas palavras, trata-se de preservar as bases ou fundamentos (isto é, as relações de propriedade) do sistema econômico vigente. No dizer de Engels, trata-se de

“uma organização da correspondente classe exploradora para manter as condições exteriores de produção e, portanto, particularmente para manter pela força a classe trabalhadora nas condições de opressão (a escravidão, a servidão e o trabalho assalariado), determinadas pelo modo de produção existente”⁹.

⁸ “Quanto mais atrasado é um país que, em virtude dos zigue-zagues da história, tem tido que começar a revolução socialista, mais difícil resulta passar das velhas relações capitalistas às relações socialistas. Aqui, às tarefas destrutivas se sobrepõem outras novas: as tarefas de organização”. Cf. V. I. LENIN, O. C., T. 27, Moscou, 1965.

⁹ F. ENGELS, *Anti-Dubring*, pp. 227-8. Ed. Cartago, Buenos Aires, 1973.

Esta função de salvaguarda é cumprida por meio do uso (explícito ou em potencial) da força, quase sempre legalmente sancionada. Para isto dispõe de grupos especializados e separados de homens (as forças armadas, em especial), os quais estão organizados de maneira peculiar e concorde com as funções a satisfazer. Aqui, a clave orgânica reside no padrão de organização burocrática. Como disse Moore,

“uma burocracia (...) é uma hierarquia de funcionários remunerados na qual cada componente do grupo é controlado unicamente por seus funcionários superiores e na qual o trabalho do grupo está dividido e centralizado como em uma fábrica”¹⁰.

Moore acrescenta que

“nas burocracias dos Estados capitalistas, os funcionários superiores, civis e militares, provêm em geral das classes capitalista e latifundiária. Nos graus intermediários da burocracia civil, muitos funcionários são de origem pequeno burguesa. Os graus inferiores da polícia e das forças armadas são cobertos em parte com o campesinato e o proletariado. Segue-se, sem embargo, da caracterização básica da organização burocrática, que a conduta de todo o grupo está determinada não pelas decisões da maioria de seus membros, mas pelas decisões dos funcionários superiores, militares e civis”¹¹.

É interessante sublinhar a correspondência nada menor que se estabelece entre este tipo de organização social e a que caracteriza a fábrica capitalista. Nestas entidades, a atividade desenvolvida está submetida a um planejamento bastante estrito. Mas este planejamento, ao ser a expressão de uma vontade – a do capitalista – que é estranha ao operário coletivo, é imposto aos trabalhadores. Quer dizer, o canal de mando flui de cima para baixo, igual ao que se faz nas entidades burocráticas de talhe estatal. Segundo Marx,

¹⁰ STANLEY MOORE, *Crítica de la democracia capitalista*, p. 94. Ed. Siglo XXI, Buenos Aires, 1974.

¹¹ *Ibid.*, p. 95.

“desde um ponto de vista ideal, a coordenação de seus trabalhos se apresenta aos operários como planejamento; praticamente, como a autoridade do capitalista, como o poder de uma vontade estranha que submete sua atividade aos fins perseguidos por aquela”. Por isto mesmo, “a direção capitalista é uma direção despótica”¹².

Posto o anterior, podem-se entender melhor o porquê das reivindicações socialistas básicas, tanto no espaço da economia (em nível de relações de produção, em especial) como no da política. Em suma, trata-se de que “os de baixo” sejam os que tomam as decisões. Quer dizer, que assumam o poder tanto dos assuntos políticos, como dos econômicos.

Antes de passar a expor as propostas socialistas mais concretas, convém acrescentar um ponto de especial interesse. Ao falar da organização burocrática inerente ao Estado burguês, temos sublinhado que os canais de mando fluem de cima para baixo. Por isto mesmo, se os postos burocráticos mais altos (por exemplo, o Presidente da nação) se preenchem com recurso ao método do sufrágio universal, pode parecer que o povo poderia determinar que o aparato estatal funcione a seu favor. Quer dizer, que passe a representar seus interesses. Em termos formais, assim é forçoso reconhecer o mesmo ordenamento constitucional e legal. Sem embargo, do dito ao feito ocorre abrir-se um abismo insondável. Apontemos as razões básicas:

a) Por suas mesmas extenuantes e opressivas condições de trabalho, quando o operário sai da fábrica não está como para dedicar-se à política e à cultura, só deseja descansar e esquecer. Por isto mesmo, mal poderia erigir e desenvolver um projeto alternativo crítico ao poder que responda aos seus interesses. E, se algumas horas de ócio se pode procurar, nelas ocorre ser atrapalhado por toda a alienante parafernália da indústria capitalista do ócio. Os padres e, em especial, os *mass-media* como a televisão e o cinema, se encarregam de idiotizá-lo e de transformá-lo em um dorminhoco ou boneco intelectual, ao estilo dos caribenhos *made in Miami*. Em breve, quando o sistema opera em condições ‘normais’, se assegura que o povo vote a

¹² C. MARX, *El Capital*, Tomo I, pp. 267-8. FCE, México, 1973.

favor dos interesses do capital;

b) também é certo que as condições objetivas da exploração e dominação provocam a rebeldia e luta dos trabalhadores. Em algumas ocasiões, em certos momentos ou períodos, esta luta se estende e aprofunda. Neste contexto de luta, a consciência operária se desenvolve e se pode desprender, em maior ou menor grau, da ideologia burguesa dominante. Quer dizer, tende a romper com a alienação imposta pelos “aparelhos ideológicos do Estado” e os trabalhadores tendem a acercar-se ou encontrar-se com a verdade de sua situação e de seus interesses objetivos. Se este processo avança o suficiente, o mundo do trabalho pode inclusive chegar a triunfar nas contendas eleitorais. Seus representantes assumem o governo (suposição que nem sempre se cumpre) e, portanto, pode-se supor que façam trabalhar a burocracia estatal em favor dos interesses populares. Mas não existe tal: i) em algumas ocasiões, esses representantes são comprados pelo capital e terminam “adorando o que antes haviam queimado”; ii) em outras, se esses representantes resistem ao assédio do capital, deparam-se com um aparato estatal burocrático que os corroe e bloqueia. No limite – caso da burocracia armada – sem rodeios, se rebela e dá um golpe de Estado nesses ingênuos impertinentes, que haviam acreditado no mito dos governos como expressão da vontade majoritária da nação¹³. Como bem se tem dito, no seio do sistema capitalista, quanto mais se aprofunda no conteúdo democrático do sistema, mais próximo se está da quebra institucional (isto é, do golpe de Estado). Ademais, como quanto maior o conteúdo democrático, também é maior o desenvolvimento ideológico e político dos trabalhadores (um aspecto incentivando o outro e vice-versa), também podemos concluir que a democracia burguesa funciona tanto melhor e é tanto mais estável, quanto mais débil seja o movimento popular. E, ao contrário, quanto mais forte e autônomo seja o movimento popular, mais próximo se estará do despedaçamento da democracia. Para os ex-mar-

¹³ “Em 10 de março (de 1850), o sufrágio universal se pronunciou diretamente contra a dominação da burguesia; a burguesia contestou proscrivendo o sufrágio universal”. Conf. C. MARX, *O Dezoito Brumário de Luis Bonaparte*, em MARX-ENGELS, *Obras Escolhidas*, Tomo I, p. 450. Moscou, Ed. Progreso, 1973.

xistas que agora celebram com plumagens de cores neo-liberais, a lição a extrair é original: o movimento do trabalho deve moderar e limitar suas reivindicações. Resumidamente, para salvaguardar a democracia, deve aceitar a exploração e dominação do capital. Os outros, os que rechaçam viver com a cabeça entre as pernas, extraem uma muito distinta conclusão: defende-se a democracia aprofundando-a e, para isto, o povo deve organizar seu poder de coação e, chegado o momento, saber aplicá-lo contra o poder coativo manejado pelo grande capital.

Para nossos propósitos, o ponto a sublinhar-se seria o da íntima associação que se estabelece entre desenvolvimento democrático e desenvolvimento do movimento popular. Sobre isto voltaremos.

2. O PROBLEMA MAIS GERAL: CRIAR UM PODER POPULAR E DEMOCRÁTICO

Trata-se do problema mais geral e vital, pois atende à mesma natureza socialista do projeto. Falamos da forma ou modo de organizar a vontade e o poder dos trabalhadores. Quer dizer, que formas de organização social devem desenvolver-se para (i) recolher e (ii) sintetizar a vontade dos trabalhadores? Como assegurar que essa vontade, além de bem recolhida, se traduzirá em decisões efetivas e congruentes com essa vontade? Quer dizer, como se pode assegurar e reproduzir um poder democrático que efetivamente esteja em mãos da coletividade dos trabalhadores?

As perguntas recém-mencionadas são vitais. De fato, poderia-se sustentar que nelas e em suas respostas se encerra a possibilidade mesma de construir uma sociedade socialista. E que os fracassos conhecidos, em grande medida, têm a ver com a incapacidade para dar-lhes, na práxis sócio-política concreta, as respostas adequadas.

A organização de um poder democrático e popular é um desafio que opera, no mínimo, em dois níveis.

Primeiro, no espaço da política em termos de organização estatal. Trata-se de que, efetivamente, o Estado seja um Estado de novo tipo, que de verdade responda aos interesses do mundo do trabalho. Segundo, em nível de relações de propriedade. O qual, por sua vez,

se constitui em dois subníveis: i) em termos de fábricas ou empresas. Nelas, o coletivo de trabalhadores deve exercer o poder patrimonial (isto é, a propriedade), decidindo que uso dar às forças produtivas e rompendo com os padrões de divisão do trabalho herdados do capitalismo; ii) em termos de conjunto de empresas que respondem à vontade decisória dos trabalhadores. Quer dizer, em termos de setor socialista da economia. Este ponto é ainda mais decisivo que o anterior pois representa o avanço até um estágio superior da propriedade dos trabalhadores. Se resume na gestão unificada e coletiva do conjunto da economia, sujeita ao controle e propriedade dos trabalhadores. Por isto mesmo, supõe a unificação social e política dos trabalhadores e deve traduzir-se em um plano de gestão da economia, plano que deve sintetizar a autêntica e democrática vontade do trabalho.

Trata-se, em suma, de que o mundo do trabalho comece a assumir-se como dono de si mesmo e de seu destino, que desenvolva as condições para sua autodeterminação e plena liberdade. Algo que, necessariamente, será um processo muito complexo, muito amplo e muito sinuoso. E que supõe, em seu simples ponto de partida, a presença de condições materiais e culturais que, em termos gerais, ocorrem estar muito pouco desenvolvidas ou, sem rodeios, ausentes nos países capitalistas menos avançados. É valha o sublinhado: se essas premissas ou pré-requisitos não se cumprem, dificilmente poderá frutificar e consolidar-se um projeto de natureza socialista.

3. O PROBLEMA DO ESTADO

Primeiro, trata-se de dissolver o aparato estatal vigente e herdado. Usualmente, quando se estabelece esta exigência, pensa-se nos aparatos coercitivos e “na direção donde apontam as baionetas”.

Não obstante, o problema mais decisivo é outro e se refere ao tipo de estruturação que tipifica o velho Estado. Essa organização não serve – é disfuncional – para um ordenamento social de molde socialista. Em breve, não se pode verter o novo vinho em velhos odres. Por isto, a dissolução é chave.

Em segundo, está o problema de substituir o velho. Em poucas palavras, trata-se de gerar uma nova estrutura ou forma de organiza-

ção social. Ou, como se queira, um novo sistema de *status* e regras. A chave está em que os canais de mando fluam desde baixo até em cima e, portanto, assegurar que o novo aparato funcione em favor da vontade dos “de baixo”. Contudo, deve assinalar-se que sempre existe o perigo de reproduzir inconscientemente o velho sistema, pelo menos em alguns de seus elementos. Para o caso, medidas como revogabilidade dos representantes, a supressão de privilégios burocráticos, a rotatividade e participação obrigatória em trabalhos de produção, resultam antídotos imprescindíveis.

4. A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL E O PROCESSO DE DESESTATIZAÇÃO

Todas as sociedades devem satisfazer certas funções de caráter geral. Estas, são conseqüências do caráter comunitário da convivência humana e, quanto mais complexas, se tronam as sociedades, mais crescem e se ampliam essas tarefas de coordenação. Nas sociedades de classes, o grosso dessas funções – se não é que todas – são apropriadas pelo Estado. Quer dizer, passam a ser desempenhadas, de uma maneira que parece “natural”, pelo aparato estatal. Além de tudo, em nível de ideologia dominante, entende-se o Estado como representante e órgão de execução da “vontade geral”. Na prática, essa apropriação funciona como uma expropriação da sociedade civil e dá lugar a certos efeitos que convém mencionar: i) o cumprimento dessas funções assume um claro sentido de classe. Quer dizer, o que aparece como “vontade geral” não é, senão, o disfarce com que se encobre a vontade particular da classe dominante. Dito de outra maneira: o Estado se encarrega de satisfazer essas necessidades gerais, mas ao fazê-lo, o faz beneficiando a classe dominante; ii) para cumprir essas funções, o Estado concede a si mesmo pessoal especializado, ao qual organiza conforme a norma orgânica, que é a própria do aparato estatal: a norma burocrática. Por isto mesmo, as diretrizes e sua execução assumem um conteúdo antidemocrático.

Em um contexto socialista, essa expropriação deve começar a ser desmantelada. Quer dizer, trata-se agora de expropriar ao Estado e devolver à sociedade civil a execução dessas funções de caráter geral. Com isto, será a prática social massiva mesmo que irá desvelando a

grande farsa do Estado político como representante da vontade geral e, por sua vez, mostrando-o tal como é em seu núcleo mais essencial, como um aparato de repressão que será tanto mais supérfluo quanto menos necessária seja essa repressão (necessidade que será tanto menor quanto seja maior o avanço do sistema socialista). Trata-se, em suma, de dissociar a idéia de vontade geral da idéia de Estado e mostrar as reais condições para que possa emergir a vontade geral, não como máscara, mas como expressão de uma autêntica comunidade de interesses¹⁴.

Para cumprir com o anterior, devem desenvolver-se a fundo as sociedades civis não estatais (ONG's). Se isto ocorre, o Estado irá emagrecendo mais e mais (não esqueça-se que a meta última do socialismo é a supressão de todo Estado, incluindo o de novo tipo) e, por sua vez, a sociedade irá se resgatando e fazendo-se dona de si mesma. As ONG's devem ir entendendo-se mais e mais. Abarcando mais e mais funções de caráter geral. Todas elas, salvo as de repressão, que são as específicas do Estado.

Por certo, um processo como o insinuado não pode ser, senão, muito amplo. Ainda assim, zigzagueante e conflitivo. Durante um largo período o conjunto da sociedade civil estará integrado por grupos sociais heterogêneos, que respondem a diferentes interesses objetivos. Para esse todo, a comunidade continuará sendo ilusória. Por isto mesmo, a democracia *per-si* e a coação que lhe é própria, seguirão vigentes¹⁵. Mas, enquanto o processo vai se desenvolvendo, a democracia se aprofundará mais e mais. Tanto, que terminará por desaparecer¹⁶. Quer dizer, a maioria não imporá sua vontade à minoria, mas a convencerá. Nesse ínterim, a maioria e sua vontade genérica deve auxiliar-se da força do Estado, para impor e fazer respeitar suas decisões.

¹⁴ A emergência dessa comunidade, por certo, supõe a destruição das relações de exploração de classes. Se estas relações existem, a comunidade não é mais que uma pura ilusão.

¹⁵ A democracia, entendida aqui como forma estatal em que a maioria domina e impõe, coativamente, sua vontade à minoria.

¹⁶ Quer dizer, subsiste a vontade da maioria e desaparece a coação.

Como vemos, duas são as diretrizes básicas para o período. Um, desenvolver e consolidar um Estado de novo tipo, que substitua sem condescendência ao velho aparato, inútil para os novos propósitos. Dois, desenvolver a capacidade de autogestão da sociedade civil. Muito em especial, a dos trabalhadores, que são seu componente majoritário. Um e dois se podem ser sintetizados em um só propósito: desenvolver a vida democrática, em extensão e profundidade, até suas últimas conseqüências.

V. AS TAREFAS ECONÔMICAS

I. TAREFAS DE ORDEM QUALITATIVA

Se nos concentramos no básico, se referem à transformação buscada nas relações de propriedade. Do mesmo modo, às regras do mercado e do planejamento.

O modelo deve afetar as grandes corporações oligopólicas, sejam estrangeiras ou nacionais. Muito especialmente, em termos de setores financeiro (aqui, em cem por cento) e industrial. Estas empresas controlam o grosso do excedente econômico gerado pelo país e jogam um papel decisivo no curso da economia. Como regra, seus interesses resultam de todo alheios a uma estratégia de molde socialista e, por isto, devem ser afetados.

O controle dos meios de comunicação resulta igualmente vital. O novo regime deve ser especialmente estrito e cuidadoso a respeito.

Em princípio, o setor econômico socialista deve integrar-se com estas empresas. Poderá, sem embargo, surgir alguma situação que dificultará a constituição de um autêntico setor socialista. Isto, no caso de uma capacidade de gestão inadequada por parte dos trabalhadores. Neste caso, a via mais eficaz seria a combinação da velha propriedade com um novo capital aportado pelo Estado. Deste modo, junto ao socialista, se constituiria um segmento de capitalismo de Estado ou 'misto'. A idéia é aproveitar as capacidades gerenciais ali existentes, assegurar a supervisão estatal e estimular o desenvolvimento, a médio ou longo prazo, da capacidade diretriz dos trabalhadores.

Certamente, no setor socialista devem cumprir-se os critérios antes mencionados. Assim, devem ser autenticamente satisfeitos os interesses do trabalho, desenvolver novas formas de divisão do trabalho e de gestão, novos tipos de tecnologia e novos modos de relacionamento com a esfera do consumo. Por isto mesmo, deve funcionar como um setor líder, tanto pelo atrativo de sua forma de gestão, como por sua superioridade dinâmica e produtiva.

Existe um segundo aspecto sobre o qual convém ensaiar uma mínima referência. Trata-se do peso do mercado no funcionamento da nova economia.

Até há algum tempo, muitos identificavam o socialismo com um regime de planificação central plena. Hoje, não poucos autores falam de um “socialismo de mercado” e atribuem ao mercado virtudes que jamais teve, nem poderá ter. O ponto, na realidade, deve ser abordado por outro lado. Deixar nas mãos do mercado a atribuição dos recursos, em nada condiz com as metas socialistas últimas. Estas, exigem uma gestão unificada (isto é, planejada) e consciente dos processos econômicos e, por isto mesmo, suprimir de todo o mercado. Mas esta supressão é um problema que responde a condições objetivas e não a decisões voluntaristas ou legais. Enquanto as forças produtivas não operarem com o grau de socialização suficiente e os trabalhadores não tiverem desenvolvido adequadamente sua capacidade de gestão, o manejo planificado da economia não poderá substituir o mercado e a lei do valor. O intento só redundará – como o demonstra a experiência histórica conhecida – em uma centralização burocrática forçada, politicamente perigosa e economicamente ineficaz.

Para a fase ou período que nos preocupa, portanto, o mercado continuará jogando um papel vital. A gestão planejada se aplicará somente ao setor socialista e em termos incompletos. Isto, pela articulação do segmento socialista com o resto da economia e porque, muito provavelmente, seu entrelaçamento interno não estará suficientemente avançado.

Trata-se, em todo caso, de um mercado regulado pela autoridade estatal. Por meio do uso dos correspondentes instrumentos de política, deve-se buscar uma atribuição de recursos coerentes com as me-

tas estratégicas. A inversão, a distribuição do ingresso e os nexos com o resto do mundo, são três áreas de especial atenção e que exigem uma eficaz e forte regulação. No período, a política econômica passa a jogar um papel central, deve ser muito ativa e, na medida do possível, não discricionária¹⁷.

2. TAREFAS DE ORDEM QUANTITATIVA: CRESCIMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE RENDA

Primeiro, necessita-se avançar rapidamente até uma situação de pleno emprego e, assim mesmo, elevar substancialmente os níveis de vida da população trabalhadora. É muito possível, que isto implique que os salários aumentem sua participação na renda nacional e que, consecutivamente, os setores que produzem bens de consumo, elevem sua participação no produto nacional. Com isto, o “potencial de reprodução ampliada do sistema”¹⁸ deve diminuir.

Segundo, as exigências de ocupação plena e de um crescimento mais dinâmico, obrigam a ampliar drasticamente o esforço de inversão. Quer dizer, o quociente acumulação a produto agregado deve se elevar de modo considerável. Muito provavelmente, se supomos um crescimento do PIB da ordem de 6 a 7% anual e um quociente produto a capital fixo da ordem de 4 a 5%, deveria-se chegar a um quociente de inversão que giraria em torno de uns 25% ou algo mais da renda nacional. Por certo, o setor socialista só poderá cobrir uma parte do esforço de inversão e, para isto, ao setor privado capitalista lhe deve assegurar adequadas condições de rentabilidade e certeza.

À primeira vista, elevar a taxa de acumulação e, por sua vez, elevar a participação salarial (com a conseqüente caída do potencial de reprodução ampliada do sistema) podem parecer metas incompatíveis. Não obstante, o novo sistema deve contabilizar dois mecanismos de

¹⁷ A análise da política econômica não é tema deste ensaio. Ademais, por suas próprias características, essa análise deveria efetuar-se em termos mais concretos, referidos a um país dado.

¹⁸ Ao quociente entre o produto excedente e o produto agregado total do sistema denominamos potencial de reprodução ampliada. O produto excedente, por sua vez, é igual à diferença entre o produto agregado e o produto necessário. Este último, é igual à parte do produto apropriada pelos trabalhadores produtivos.

ajuste em torno deste problema.

O primeiro e vital, é a forte redução do peso dos gastos improdutivos (burocracia estatal, gastos militares, gastos relativos à circulação, etc.). O decréscimo deve ser tal que, ainda que diminuído o potencial de reprodução ampliada, logre-se elevar drasticamente a taxa de acumulação. Quer dizer, o aumento da participação salarial deveria ser compensado – pelo menos em grau considerável – pelo decréscimo do peso relativo dos gastos improdutivos.

O segundo fator a considerar se refere à dinâmica da produtividade do trabalho, nos ramos que produzem bens de consumo (agricultura, têxteis e vestuário, eletrodomésticos, etc.). Se a produtividade sobe suficientemente rápido, a pressão, ao contrário do potencial de reprodução do sistema, poderá se debilitar. Quer dizer, a expansão programada dos salários não necessariamente se situará acima do crescimento da produtividade. Inclusive, e este seria o caso ideal, poderiam crescer algo menos, suavizando-se, assim, as pressões pelo uso do excedente. Mas, advirta-se: isto não se deve alcançar por via de um menor crescimento dos salários, senão que por via de uma maior expansão da produtividade.

A reprodução muito rápida da produtividade não é algo simples.

Se no país existe um forte setor de economia camponesa, atingir os elevados ritmos que o sistema exige pode ser impossível. Este tipo de regime econômico não é capaz de aquiescer, nem de funcionar com elevados níveis de produtividade. E, se se pretende dissolvê-lo, o projeto socialista compra para si problemas políticos maiores (se rompe com a eventual aliança operário-camponesa) e não obtém nenhuma contrapartida em termos de uma agricultura moderna e sofisticada. Neste aspecto, a dura experiência soviética resulta contundente.

Por outro lado, as novas relações de produção, de caráter socialista, deveriam traduzir-se em níveis de produtividade mais e mais elevados. Quer dizer, a liberdade no trabalho e o controle desses processos pelos próprios trabalhadores, deveriam redundar em ritmos de expansão da produtividade ainda mais elevados que os conhecidos pelo capitalismo. Ademais, e isto deve ser sublinhado, o estilo da expansão deveria ser diferente. No padrão socialista, não existindo os

prejuízos contrários ao trabalhador, a maior produtividade não necessariamente deveria estar associada à maior densidade do capital mas, melhor que isto, a um uso mais eficiente dos recursos, algo que deveria possibilitar o trabalho livre. Por isto mesmo, poderia-se esperar uma relação produto por capital um tanto mais elevado nos setores socialistas de ponta¹⁹. E claro está que se isto se cumpre, suavizam-se também as pressões por um esforço de acumulação maior²⁰.

No nível médio de produtividade também influi o tipo de inserção internacional da economia.

Em termos muito grosseiros, pode-se postular uma relação inversa entre o tamanho da economia e seu grau de abertura externa. Se esta se reduz em excesso, a excessiva diversificação do PIB poderia provocar uma dotação ineficiente dos recursos e afetar a produtividade. Por outro lado, uma inserção orientada por vantagens comparativas estáticas seria ainda mais prejudicial. O país, por pequeno que seja, deve alcançar certo desenvolvimento na esfera da produção de bens de capital. Isto, pela associação que existe entre este setor e o desenvolvimento das capacidades científicas e tecnológicas e pelos efeitos de alavancagem e de irradiação aqui implicados.

A especialização é benéfica se se estabelece em termos adequados. Para isto, deve buscar-se uma integração vertical, que seguindo a rota dos encadeamentos produtivos, traga consigo desde certo tipo de produtos finais, até certo tipo de bens intermediários e de capital. Em poucas palavras, o justo rechaço a uma especialização primário-exportadora não deve dar lugar nem à tentação autárquica, nem à utopia de gerar uma indiscriminada capacidade exportadora industrial. A seletividade, em termos de opções com capacidade de alavancagem, é indubitável.

¹⁹ A relação produto por capital, definicionalmente, é igual ao quociente entre a produtividade do trabalho e a densidade do capital. Esta, é igual ao quociente entre capital fixo e ocupação. Nas novas condições, supõe-se que a produtividade pode subir mais rápido que a densidade do capital.

²⁰ Pode-se igualar a taxa de crescimento ao resultado da multiplicação do quociente de inversão pela relação produto por capital. Porém, se esta se eleva, pode-se conseguir o mesmo ritmo de crescimento com um menor esforço de inversão.

Quanto à redução do peso relativo dos gastos produtivos, o assunto tampouco parece muito simples. Pense-se, por exemplo, no delicado problema dos gastos militares em uma provável situação de cerco capitalista. Como a discussão do problema nos levaria demasiado longe, basta-nos sinalizar com o que aqui devemos lançar como um puro postulado: se essa redução não é possível, tampouco será possível o socialismo.

O problema da produtividade está relacionado com o do emprego. Para uma taxa dada de crescimento do PIB, se sobe o crescimento da produtividade, o emprego crescerá menos. Se o PIB cresce a 7% ao ano e a produtividade entre 4 e 5% anuais, a ocupação se elevará em 2-2,5% anuais. Para o longo prazo, pensando em países como Argentina ou México, este ritmo poderá ser suficiente. Em um prazo mais imediato, pela necessidade de absorver a força de trabalho desocupada (aberta ou disfarçadamente), esse incremento seria insuficiente. Se supomos que as metas globais médias de acumulação, crescimento do PIB e de produtividade não são modificáveis, seria necessário ensaiar uma estratégia *ad hoc*. Por exemplo, definir um setor econômico cuja função básica seria a de absorção da força de trabalho. Para isto, é preciso punir, aí, a incorporação de tecnologias liberadoras de mão-de-obra. Assim mesmo, um adequado esforço educativo (em si mesmo imprescindível) deveria permitir retardar a incorporação de certos segmentos demográficos ao mercado da força de trabalho e suavizar o problema. O ponto implica uma dualização inicial da economia, pois junto ao setor descrito deve operar outro em que as exigências devem ir pelo lado da produtividade e não pelo do emprego. Por certo, este último setor deve abarcar todos os ramos (e empresas) que, direta ou indiretamente, participam do comércio externo.

VI. FORÇAS SOCIAIS EM JOGO E ACUMULAÇÃO DE FORÇAS

1. AS FORÇAS SOCIAIS EM JOGO E O ALINHAMENTO POSSÍVEL

Recordemos que a estratégia aponta para o que temos qualificado como socialismo embrionário. Neste contexto, pelo teor das tare-

fas básicas que se levantam, a grande burguesia monopólica, nacional e estrangeira, aparece definida como força oposta principal. Para as forças impulsoras da mudança, o problema reside em restar-lhe o máximo possível de forças sociais de apoio junto a esses setores.

Quanto ao resto da classe burguesa – a não monopólica –, parece muito difícil pensar que seja possível sua integração ao bloco popular. Por isto, com respeito a esses grupos sociais, a meta máxima a perseguir deve ser sua neutralização política. Para o caso da burguesia agrária, isto resulta especialmente importante.

Todas as demais classes e segmentos sociais passam a formar parte do que temos denominado “alinhamento potencial objetivo” favorável à nova ordem. Neste contexto, resultam claras as duas tarefas básicas que emergem nesta esfera: i) unificar os trabalhadores; ii) formar e desenvolver uma vasta aliança classista, aproximando todo o possível bloco ou frente efetivos do “alinhamento potencial objetivo”.

2. A ACUMULAÇÃO DE FORÇAS

Como já se tem sinalizado, trata-se de desenvolver a capacidade de luta e de direção dos trabalhadores, em particular, e do povo em geral²¹. Supostamente, o processo implica forjar a organização da classe trabalhadora e sua capacidade de luta em todas as frentes. Assim mesmo, avançar a uma correlação de forças que corresponda cada vez mais com a que poderia determinar o “alinhamento potencial objetivo”. Mas a pergunta é, como satisfazer estes propósitos?

Limitando-nos ao mais essencial, a resposta não representa um mistério maior: trata-se, no básico, de impulsionar as formas democráticas substantivas em todos os âmbitos da vida social. Da cultura, da política e da economia. Quer dizer, de criar e impulsionar as organizações civis não estatais em todos esses âmbitos. Desencadeando-se esta dinâmica, o trabalho não só se fortalece, mas leva a luta a um espaço no qual a burguesia não pode competir e, por isto mesmo, ter-

²¹ Por “povo”, neste contexto, deve entender-se o conjunto de segmentos e de classes sociais que conformam o bloco impulsor potencial. Quer dizer, os grupos que integram o “alinhamento potencial objetivo” em favor da mudança.

mina por mostrar-se em toda a sua nudez antidemocrática. A este respeito, Rosa Luxemburgo era diáfana:

“se a democracia se tem convertido para a burguesia em algo, em parte supérfluo, em parte enfadonho, para a classe operária resulta necessária e indispensável. É necessária, em primeiro lugar, porque cria as formas políticas (autoadministração, sufrágio, etc.), que servirão ao proletariado de impulso e apoio em sua transformação da sociedade burguesa. Mas resulta indispensável também, em segundo lugar, porque só nela, na luta pela democracia, no exercício de seus direitos, pode chegar o proletariado a tomar consciência de seus interesses de classe e de suas tarefas históricas”²².

Segundo vemos, a eventual ausência ou debilidade das premissas não implica funcionar como lanterninha nem cruzar de braços e esperar passivamente – um pouco ao estilo do Plejánov mais velho – que a história avance e forje essas condições. Também estas, no mais alto grau, passam a ser responsabilidade do trabalho. E, segundo se tem dito, ao acumular forças para essa luta, de fato, o trabalho começa a aprender o modo mesmo de construir o socialismo.

²² LUXEMBURGO, Rosa., *Escritos políticos*. Barcelona, Ed. Grijalbo, 1977. pp. 121-122.